

RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.163 - PR (2018/0276806-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **BRUNO VALERIO SAMPAIO**
ADVOGADA : **TÂNIA REGINA PEREIRA - SC007987**
RECORRIDO : **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A**
ADVOGADOS : **JÚLIO CÉSAR ESTRUC VERBICARIO DOS SANTOS - RJ079650**
: **GERALDO QUEIROZ JUNIOR - PR046447**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO E SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inc. III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF4 assim ementado (fls. 118-119):

AGRAVO. ELETROBRÁS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. CÁLCULO DE EXECUÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS INCIDEM APENAS ATÉ A DATA DA CONVERSÃO EM AÇÕES. JUROS MORATÓRIOS INCIDEM DESDE A DATA DA CITAÇÃO OU DA ASSEMBLEIA DE CONVERSÃO.

1. Ilógica e ilegal a metodologia de cálculo, defendida pela Eletrobras, que realiza uma conversão retroativa e fictícia dos créditos em ações, porquanto, embora ela tivesse a pretensão de resgatar o empréstimo compulsório e transformar o contribuinte em seu acionista, o que efetivamente ela fez foi um pagamento "a menor" do que seria devido ao contribuinte. Logo, esse método de cálculo, que implanta ações retroativamente a 2005 e paga bonificações e dividendos com base nelas, além de somente poder ser realizado pela Eletrobrás, configura indevida tentativa de se furtar aos ônus legais (correção monetária e juros de mora) decorrentes do inadimplemento de um valor que era devido naquela época.

2. É permitida a conversão em ações dos valores devidos pela Eletrobrás em razão do empréstimo compulsório sobre energia elétrica, desde que comprovada a realização de assembleia geral autorizativa, posterior ao trânsito em julgado da ação que constitui o crédito.

3. Incidem juros remuneratórios sobre a diferença de correção monetária somente até a data da conversão em ações (para créditos recolhidos de 1987 a 1993 - 143ª AGE em 30.06.2005), pois foi esse o momento do resgate do empréstimo compulsório, ainda que realizado a menor. Ali consolida-se o débito originado do título judicial, composto pela diferença de correção monetária apurada até 31.12.2004 e pelos juros remuneratórios

que sobre ela incidem, não sendo mais aplicáveis, a partir dali, os critérios próprios do empréstimo compulsório, e sim os encargos típicos dos débitos judiciais (SELIC).

4. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que, na devolução do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica instituído em favor da Eletrobrás, os juros moratórios e remuneratórios não incidem simultaneamente (EREsp 826.809/RS), pois "é inviável a cumulação dos juros remuneratórios de 6% ao ano com qualquer outro índice. Os remuneratórios incidem apenas até a data do resgate, e os moratórios, a partir da citação" (EDcl no AgRg no Ag 1.305.805/DF).

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega contrariedade a lei federal e dissídio jurisprudencial com o STJ, sob os seguintes argumentos: a) diversamente do que entendeu o acórdão recorrido, a questão relativa ao termo final da incidência dos juros remuneratórios ainda não se encontra pacificada no Superior Tribunal de Justiça; b) o EREsp nº 826.809/RS, citado pelo acórdão embargado, não é nem nunca foi o precedente a ser observado nos casos em que se discutem as diferenças de correção monetária do empréstimo compulsório recolhido à Eletrobrás; c) apenas o entendimento firmado nos Recursos Especiais nºs 1.003.955/RS e 1.028.592/RS é que servem de baliza para tais casos, já que apenas eles foram afetados para julgamento pela Primeira Seção do STJ com *status* de recursos repetitivos a serem observados pelos demais órgãos do Poder Judiciário; d) no paradigma indicado, houve a mesma discussão constante do presente processo e para a diferença a ser paga em dinheiro do saldo não convertido em ações determinou-se a incidência dos juros remuneratórios de 31 de dezembro do ano anterior à conversão até o seu efetivo pagamento.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 438-439.

É o relatório. Passo a decidir.

No caso dos autos, o recorrente não individualizou qual dispositivo de lei federal ou tratado se apresenta malferido. Ora, revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente se limita a expor alegações genéricas e não indica qual dispositivo de lei federal ou tratado foi contrariado pelo acórdão recorrido, situação que se evidencia nos autos e impede o conhecimento do recurso.

Da mesma forma, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, configura deficiência na fundamentação recursal a impedir o conhecimento do apelo nobre interposto com fundamento na alínea "c" do art. 105, inc. III, da Constituição Federal.

Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator